

1 Introdução

Onde estamos? Quem somos? O que estamos fazendo aqui? Estas questões nunca perdem o vigor, nunca deixam de nos inquietar e, por mais que possamos ter formulado para elas as mais diversas respostas, mais cedo ou mais tarde as respostas se revelam insatisfatórias e as perguntas se apressam em retornar. Talvez por isso mesmo a Filosofia apresente esta inesgotável capacidade de se renovar e de se revigorar. Afinal, a incrível complexidade existencial em que estamos mergulhados não cessa de nos espantar e admirar, novas perguntas surgem, outras retornam revigoradas e trazem com elas a crise das antigas respostas, crise esta que, vez por outra, num processo mais – ou menos – doloroso, temos de enfrentar.

Nesta dissertação apostamos numa nova compreensão do mundo, numa nova maneira de pensar que tem como cerne a elevação de uma instância desejante ao lugar de princípio fundamental da existência. Trata-se de um processo que tem início com Schopenhauer – com o estabelecimento da *vontade* como elemento principal do universo – e que Nietzsche leva a frente com excelência, acrescentando o poder como complemento da vontade em seu conceito de *vontade de poder*.

Esta nova forma de compreender a existência afeta de maneira drástica nosso modo de pensar o mundo. Se a compreensão tradicional, metafísica, está habituada a conceber a existência de algum fundamento seguro, fixo e imutável, existente em si e por si mesmo, seja ele material ou imaterial, a vontade de poder como elemento principal da existência elimina qualquer possibilidade de fundamentação neste nível. Elimina-se a possibilidade de haver alguma configuração dotada do poder absoluto de fundamentação. Pelo contrário, tudo aquilo que se quer dar como fundamento, será agora compreendido como resultante da vontade de poder. Não há mais instâncias detentoras do poder absoluto, se a própria instância principal da existência é a vontade de poder

Se o pensamento tradicional está habituado a compreender o mundo como composto por uma série de entes independentes existentes em si e por si mesmos que estabelecem relações determinadas entre si, no mundo da vontade de poder, tudo o que há são relações de força, relações desejantes de poder que constituem tudo o que vem a existir. Os próprios “entes” não são nada em si mesmos, não são independentes, mas são eles mesmos efeitos, resultantes de entrelaçamentos complexos de relações de forças. O próprio mundo, a própria existência é uma grande rede de forças intrinsecamente impulsionada pela vontade de poder. É esta definição de vontade de poder que procuraremos definir no primeiro capítulo da nossa dissertação.

No segundo capítulo, começamos a extrair as principais consequências desta nova maneira de pensar. A ideia é abordar a questão “Quem sou eu?” sob este novo ponto de vista, distanciando-se da concepção tradicional cartesiana de sujeito e formulando uma nova definição – ainda que um tanto indefinida – para o que seja “eu”. Abordaremos também importantes temas diretamente referentes ao “eu”, como o conhecer, o pensar e a consciência.

No terceiro capítulo, vamos analisar o modo de constituição e de operação da moral cristã, a moral que se estabeleceu como dominante, como moral “em si”. Vamos questionar e combater a ideia de que existam valores morais “em si”, bem como a ideia de que o “altruísmo” seja algo possível e em si mesmo superior ao egoísmo. Nossa ideia é inscrever todas as maneiras de comportamento, de ação e reação, numa mesma lógica: a lógica da vontade de poder. Ou seja, toda forma de ação é compreendida como esforço de acumulação e expansão de poder em algum nível. Sendo aquelas formas de agir que se querem “altruístas” ou “abnegadas”, apenas denegatórias do movimento inescapável de acumulação e expansão de poder no qual estão necessariamente inscritas.